

## **O longo caminho para Teerã: Pragmatismo e Diversificação de Parcerias na Política Externa Brasileira após o segundo choque do petróleo.**

Andrew Traumann<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é fazer uma síntese histórica das relações Brasil-Irã, assim como da política externa de ambos os países entre 1979 e 1985. A Revolução Iraniana, um dos principais movimentos políticos do século XX, foi o estopim do chamado Segundo Choque do Petróleo em 1979 e o Brasil, país dependente do transporte terrestre para escoar sua produção, fez do pragmatismo sua bandeira de política externa para manter a parceria com um dos principais produtores da commodity que tanto necessitava. Este trabalho também se propõe a preencher lacunas na historiografia das Relações Internacionais no que tange às especificidades das relações Sul-Sul e com o Oriente Médio em particular. **Palavras-chave:** Irã, Política Externa, Petróleo, Brasil, Regime Militar.

**Abstract:** The objective of this work is to make a historical overview of the Brazil-Iran relations and foreign policy of both countries between 1979 and 1985. The Iranian Revolution, one of the major political movements of the twentieth century, was the trigger the so-called Second Shock oil in 1979 and Brazil, a country dependent on road transport to transport their production, made pragmatism foreign policy flag to maintain the partnership with one of the main producers of the commodity that both needed. This work also aims to fill gaps in the historiography of international relations with respect to the specificities of South-South relations and the Middle East in particular.

**Keywords:** Keywords: Iran, foreign, oil, Brazil, Military regime.

### **1. Introdução**

Segundo Jean-Baptiste Duroselle, a política externa de um país é sempre reflexo de sua política interna. Existem atos de política interna pura que não interferem de forma alguma na relação de um país com seus vizinhos, mas há, via de regra, uma supremacia do âmbito interno sobre o externo, ou seja, a maneira de lidar com as demais nações depende sobremaneira de seus interesses e necessidades naquele momento histórico.

Antônio Francisco Azeredo da Silveira, ministro das Relações Exteriores entre 1974 e 1979, durante o governo do general Ernesto Geisel, operou uma das mais profundas transformações no comportamento internacional do Brasil. Em sua gestão, o Brasil se afastou de Israel e se aproximou dos países árabes; reconheceu a China de Mao e os regimes comunistas da África lusófona; negociou com a então Alemanha

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Professor de Relações Internacionais do Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA), PR, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6477397342345389>. Email: andrewtraumann@hotmail.com

Ocidental o maior projeto de transferência nuclear da época; se afastou dos EUA e votou na ONU a favor de uma moção que considerava o sionismo uma forma de racismo.

Geisel deu uma importância pouco usual à política externa em seu governo. Interessante notar que o comportamento do Brasil no teatro das Relações Internacionais, considerado progressista e aberto às relações com países comunistas, por exemplo, mantinha-se firme no ideal de Geisel e Golbery de “abertura lenta, gradual e segura”, intervindo nos sindicatos e responsável pelo desaparecimento de opositores políticos. A aproximação com países socialistas não alterou o posicionamento brasileiro em relação a Cuba, nem tampouco diminuiu o apoio à ditadura chilena comandada por Augusto Pinochet.

Neste período, o Brasil vinha sofrendo os primeiros efeitos do fim do “Milagre Econômico”, com a queda de 5% do PIB em relação ao governo anterior e a quadruplicação da dívida externa de doze para quarenta e nove bilhões de dólares além de um salto no déficit da balança comercial de quatro para catorze bilhões (SPEKTOR, 2011).

Azeredo da Silveira, dentro deste contexto de refluxo econômico e já sentindo os efeitos da Crise do Petróleo de 1973, formula a Doutrina do Pragmatismo Responsável baseado em quatro premissas básicas:

Uma maior aproximação com o Japão e com a Europa Ocidental, sobretudo a então Alemanha Ocidental. Com este país, foi realizado o Acordo de Cooperação nuclear de 1975, visando diminuir a dependência tecnológica do Brasil em relação aos EUA, adquirir armas nucleares e alcançar a autossuficiência energética;

Aproximação com os países árabes e conseqüente afastamento de Israel, principal aliado norte-americano no Oriente Médio; No campo econômico, esta política possibilitou a venda e troca de equipamento militar brasileiro por petróleo e petrodólares no mundo árabe; intensificação de relações com a África Negra e condenação mais firme do regime de *apartheid* na África do Sul; e finalmente, uma reaproximação com os países latino-americanos. (Apud PASSOS, 1998).

A partir desta nova política, segundo o Itamaraty, concordar ou discordar de Washington não seria mais uma preocupação brasileira. A aproximação com o Terceiro

Mundo, porém, seria seletiva, não abraçando a causa dos não alinhados, mas se aproximando somente daqueles os quais havia interesses econômicos e então sim abraçar causas como a descolonização, e nesses casos o Brasil se posicionou de forma inequívoca.

O Pragmatismo Responsável era, portanto, a busca de vantagens no cenário internacional, assumindo uma postura de total indiferença á questões ideológicas. A responsabilidade era a de não deixar ideologias contrárias ao regime atrapalharem a política externa e o ecumenismo seria a ampliação das parcerias a nível mundial, para além do alcance da hegemonia norte-americana. O não alinhamento automático funcionava para todos, não apenas para os EUA, elemento este muitas vezes esquecido pelos críticos. O não alinhamento seria, segundo o Itamaraty, uma posição brasileira de defesa dos interesses nacionais.

Com a Crise do Petróleo de 1973, torna-se fundamental dentro da ótica do Pragmatismo que o Brasil se aproxime dos países árabes. Esta política, aliás, já vinha se desenhando desde o governo Médici, que vinha se aproximando de países como Arábia Saudita e Argélia. Porém, enquanto Médici posicionava-se de forma no mínimo ambígua em relação à Resolução 242 da ONU que ordenava a retirada israelense dos territórios palestinos ocupados, o ministro Azeredo da Silveira, numa recepção ao ministro de negócios estrangeiros saudita Omar Al-Sakkaf, posicionou-se de forma inequívoca a favor da causa palestina e, em 1974, chegaria a fazer um discurso pró-palestino na XXIX Assembleia Geral da ONU, onde afirmava a oposição do Brasil à guerra de conquista, e que a desocupação da Cisjordânia e Faixa de Gaza era parte integrante da solução do conflito.

Assim, o governo brasileiro aceitava os direitos do povo palestino, a autodeterminação e soberania como único caminho para uma paz duradoura na região. Na XXXI Assembleia Geral da ONU, o Brasil votou a favor de uma solução negociada entre árabes e israelenses, tendo como base a carta da ONU (MIYAMOTO, 1985).

Para Azeredo, um dos primeiros chanceleres a mencionar na Assembleia da ONU a expressão “direitos legítimos do povo palestino”, numa época em que muitos sionistas simplesmente negavam a existência dos palestinos enquanto povo com uma identidade nacional, sua afirmação foi até modesta por sua obviedade. O Brasil nunca se

posicionou a favor da criação única e exclusiva de um Estado Israelense, mas sim da partilha. Azeredo inclusive fez questão de desmistificar o famoso voto brasileiro que criou a partilha, lembrando que a posição brasileira em 1948 era a de um Estado binacional na qual pudessem coabitar todas as confissões religiosas. Mais tarde o Brasil reconheceria que as grandes potências haviam planejado a partilha entre um estado judeu e um árabe. Segundo Silveira, Oswaldo Aranha não foi em toda a sua vida uma pessoa assumidamente pró-Israel, tendo assinado como Ministro do Exterior do Estado Novo circulares vetando a entrada de judeus no Brasil, incluindo detalhes de como identificar um judeu mesmo que este tivesse mudado de religião e de nome (SPEKTOR, 2011).

No entanto, em outubro de 1975, o Brasil causou desconforto entre norte-americanos e sionistas em geral ao votar na ONU condenando o sionismo como uma forma de racismo, voto este que causou polêmica com a delegação israelense e norte-americana e mantida tanto por convicções políticas pessoais do presidente Geisel como pela necessidade de se aproximar dos árabes naquele contexto (MIYAMOTO e GONÇALVES, 1991).

Para o ministro Azeredo da Silveira, o voto foi dado por uma falha de comunicação entre o Brasil e as demais delegações latino-americanas. A delegação brasileira teria sido informada de que a condenação ao sionismo estaria embutida em uma chamada “resolução-ônibus” como se diz no jargão diplomático, que abarcaria a condenação a todas as formas de racismo, e que portanto o Brasil, país historicamente a favor da tolerância e contra o preconceito racial não poderia se omitir. Ainda segundo depoimento dado por Azeredo a Matias Spektor (2011), o Brasil e o México acabaram sendo os únicos votos a favor da condenação do sionismo como forma de racismo em todo o continente americano. Porém, com a péssima repercussão do voto, e segundo Silveira, com medo de perder os turistas judeus norte-americanos em seu país, o presidente Echeverría não só voltou atrás, mas ainda fez uma visita oficial à Israel. Azeredo, por sua vez, consultou Geisel sobre qual posição tomar e o presidente recomendara o voto favorável. Quando se deu conta do equívoco político que tal atitude representava tentou recuar, mas a forte reação do Departamento de Estado Norte-Americano liderado por Henry Kissinger mexeu com os brios do governo brasileiro, que

optou por manter o voto. Segundo o chanceler, o presidente Geisel nunca compreendeu que uma abstenção também era uma forma de se posicionar. Para ele, o Brasil deveria sempre se posicionar de forma inequívoca (IDEM,1991).

Em relação aos palestinos, apesar da permissão de abertura de um escritório da OLP em Brasília, não foi conferido a este o *status* diplomático, por não se tratar de país independente e mesmo com a intervenção do vice-presidente iraquiano, este era um pedido que não podia ser atendido (MIYAMOTO, 1985). Silveira lembra que o Brasil possui um compromisso com a integridade do Estado de Israel como este foi criado, não com sua expansão. O que a chamada equidistância do governo Médici teria feito, segundo o chanceler, foi favorecer o lado mais forte, ou seja, Israel, ameaçando a possibilidade de convivência pacífica entre os povos.

Em relação aos países árabes,o problema maior era o enorme desequilíbrio na balança comercial entre os produtos vendidos pelo Brasil e o petróleo que importava, até devido ao baixo nível de consumo destas sociedades na época. No entanto, durante a década de 1970, o Brasil conseguia compensar pelo menos um terço destas importações na venda de produtos, especialmente alimentícios e prestação de serviços como o contrato com o governo de Saddam Hussein da ordem de US\$1,4 bilhão (SPEKTOR, 2011).

Tanto Brasil quanto Iraque ambicionavam a hegemonia em suas regiões, o que colaborou para o desenvolvimento das relações bilaterais nos campos da indústria bélica e no desenvolvimento de energia atômica.

Já o governo Figueiredo foi o último e mais longo do regime militar (1979-1985) e em muitos pontos, o Universalismo do chanceler Saraiwa Guerreiro aprofundou-se e deu continuidade ao Pragmatismo Responsável, apenas com mais ênfase a aproximação com a América Latina.

Em relação ao Oriente Médio, o governo Figueiredo manteve basicamente as mesmas características do governo Geisel: venda de alimentos e armas em troca de petróleo. Com o segundo choque, o primeiro país a garantir o abastecimento ao Brasil foi a Líbia. Embora não pudesse baixar os preços devido às pressões da OPEP, facilitava condições de pagamento e demonstrava boa vontade na compra de produtos

brasileiros. A relação era tão boa que a Braspetro era a única empresa latino-americana a operar naquele país (VIZENTINI, 2002).

Foi um período de incremento nas relações, aumentando suas exportações de automóveis, armas, aviões, bens e produtos alimentícios e manufaturados, com os quais pagava suas importações de petróleo. Os principais parceiros brasileiros eram Iraque, Arábia Saudita, Irã, Síria, Líbia, Egito e Argélia. Destacaram-se a venda de 120 aviões tucanos ao Egito e 800 milhões de dólares em blindados, tanques e lança mísseis ao Iraque (IBIDEM, 2002). No período, a aproximação com os árabes foi também adquirindo contornos políticos mais evidentes. Em 1980, o Ministro do Petróleo dos Emirados Árabes Unidos, Mana Said Al Otaiba recebeu a Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco, ocorrendo o mesmo com o ministro das finanças do Kuwait Abdel-Rahman Al-Atik.

Em relação ao Irã, a documentação pesquisada nos arquivos do Itamaraty em Brasília é quase toda formada por telegramas, com alguns memorandos e relatórios mais extensos e profundos para apreciação do Itamaraty. Há os telegramas meramente informativos e ostensivos que simplesmente relatam que determinada empresa iraniana, por exemplo, tem interesse em adquirir certo produto brasileiro. Há também casos nos quais o diplomata procurará exercer o peso de seu cargo para tentar intervir a favor dos interesses brasileiros numa negociação, sejam eles estatais ou privados. Há também análises de conjuntura, na qual o diplomata usa de seu conhecimento e experiência na área e de sua vivência no país onde está servindo para lançar um olhar no qual sempre tentará trazer para o leitor uma visão na qual os interesses ou consequências para o Brasil de determinado processo político sempre estarão evidenciados.

Já no ano de 1973, seis anos antes da Revolução, tivemos acesso a um relatório onde o diplomata Paulo Braz Pinto relata suas inquietações acerca da política expansionista e agressiva do xá, que assume uma postura abertamente antiárabe e intervencionista. O relatório lembra que o xá Reza Pahlevi, o “gendarme do Oriente Médio” gastava cerca de 20% de seu orçamento anual em Defesa. Esta visão brasileira mostra a independência da diplomacia brasileira em relação a Washington, que só demonstrou preocupação com o armamento excessivo do xá quando o Irã já estava às portas da Revolução.

Segundo o diplomata brasileiro<sup>2</sup>

Não têm perdido este governo (...) oportunidade alguma de fazer alarde do desenvolvimento do seu potencial militar. (...) A decisão do Irã é, pois, um desdobramento do que considera o primeiro dos seus objetivos nacionais permanentes: assumir o papel outrora desempenhado pela Grã-Bretanha, de guardião do Golfo Pérsico, e, nessa qualidade estar preparado para eliminar quaisquer focos subversivos que ponham em risco o abastecimento dos mercados mundiais pelo petróleo proveniente dessa área. Visa com isso proteger o que considera seus interesses estratégicos e econômicos do Ocidente. (...) basta lembrar que 60% do petróleo consumido pela Europa e 90% do absorvido pelo Japão provém do Golfo Pérsico, circunstância essa que faz do Estreito de Ormuz a veia jugular do abastecimento mundial de petróleo. Todavia (...) a preocupação que domina este governo (...) é o cerco do Irã por países hostis. Os tratados elaborados por URSS e Índia em 1971 e entre aquele país e o Iraque em 1972, mais a secessão de Bangladesh e a persistência de focos de agitação política no Baluchistão despertam aqui temores de um esfacelamento do Paquistão, com a conseqüente formação de um vácuo político entre esse país e o Irã. (...). Em recente entrevista (...) o xá concluiu dizendo: “Não quero um Vietnã nas fronteiras com o Irã.” (...) Além disso (...) o panorama do lado do Golfo Pérsico não é dos mais tranquilizadores, sendo o Kuwait seu ponto mais nevrálgico. O episódio da ocupação pelo Iraque de uma faixa costeira daquele país (...) reacendeu no espírito dos iranianos o espectro (...) de uma anexação do Kuwait por Bagdá. (...) O xá já declarou que, se no caso de uma confrontação com o Iraque o Kuwait solicitar o auxílio do Irã, este será concedido. A disposição dos EUA e da Grã-Bretanha de fornecer ao Irã os mais sofisticados entre os seus armamentos é encarada aqui como uma aprovação implícita da decisão deste país de se tornar a potência dominante no Golfo Pérsico. (...) Entretanto quanto mais o xá faz alarde do poderio militar do país (...) mais profunda se torna a desconfiança dos árabes de que o Irã estaria aguardando uma oportunidade de intervir nos assuntos internos desses países.

Com base nessa abrangente análise, notamos que o Irã do xá era um país que queria compartilhar com Israel o papel de guardião dos interesses do Ocidente na região, talvez até com mais ênfase do que o estado judeu, por se tratar de importante produtor de petróleo que se dispunha orgulhosamente a fornecê-lo ao Ocidente a preços camaradas. Vemos que a preocupação do xá com suas fronteiras ultrapassa a preocupação natural de um país a partir do momento em que ele se dispõe a intervir no Paquistão ou no Kuwait para manter a balança de poder favorável a seu favor. O fato de o Irã ser um país persa, xiita e fortemente armado entre países árabes e/ou sunitas torna o cenário de hostilidade mútua ainda mais evidente.

---

<sup>2</sup> Memorando da Embaixada do Brasil em Teerã, 14/06/1973.

Em meados da década de 1970, com o mundo ainda sentindo os efeitos da Crise do Petróleo, o Brasil decide se aproximar dos países produtores da *commodity*, mas, sem divisas, tenta estabelecer com o Irã uma relação parecida com a que tinha com seu vizinho Iraque: o *barter trade*, ou escambo.

Em relação à abordagem brasileira, o Irã recusou-se a qualquer tipo de compromisso comercial em longo prazo se colocando numa posição de absoluta superioridade em relação ao Brasil, fazendo parecer que se tratava de uma potência lidando com um país periférico, onde o primeiro impõe as condições e não uma clássica relação Sul-Sul. De todo modo, surge o embrião da cooperação entre os dois países com a criação da Comissão Mista Brasil-Irã para a expansão e diversificação dos negócios entre os dois países e principalmente, conversar sobre algo que sempre foi um entrave no comércio bilateral: o transporte marítimo de mercadorias.

Para se ter uma ideia do papel ativo que a embaixada brasileira em Teerã possuía nessas negociações e como seu conhecimento dos meandros internos era importante, quando o Brasil decide organizar uma missão oficial ao Irã, deixa a cargo do embaixador Aluysio Regis Bittencourt os contatos a serem feitos com empresas que poderiam adquirir, por exemplo, autopeças e serviços de engenharia. Era importante também a execução de grandes projetos como hidrelétricas e construção de estradas. Assim, Aluysio Regis Bittencourt escreve uma carta de recomendação ao Ministro da Economia do Irã Hushang Ansari, mesmo com a missão sendo liderada por um diplomata respeitado como Paulo Tarso Flecha de Lima, pois o embaixador brasileiro conhecia a predileção oriental por relações oficiais e de alto nível e foi orientado a confirmar as autoridades iranianas que a missão brasileira tinha apoio oficial do governo.

A Missão era composta por dez pessoas representando o Itamaraty, os Ministérios da Fazenda e da Indústria e Comércio, o Grupo Petrobrás, a Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base (ABDIB) e entidades como o Sindicato Nacional da Indústria de Equipamentos Ferroviários e o Sindicato Nacional da Indústria de Peças para Automóveis e Similares. Cada representante procurou travar relações com suas contrapartes no Irã na viagem feita entre 28 de outubro e 4 de novembro de 1977. Ficou também a cargo de Bittencourt a escolha das autoridades com



quem Flecha de Lima se encontraria nas reuniões de alto nível, em especial com Hushang Ansary, ex-ministro da Economia do Irã e então presidente da NIOC (*National Iranian Oil Company*).

Para o estabelecimento da Comissão Mista foi preparado um cronograma que previa reuniões nas quais seriam discutidas joint-ventures nos setores petroquímicos, de mineração, metalurgia, siderurgia, produção de celulose e papel, produção e venda de soja, além de uma potencial entrada brasileira no setor de construção civil.

Porém, Paulo Tarso Flecha de Lima retorna demonstrando preocupação com o possível desequilíbrio na balança comercial e indica que cabia ao Ministro das Relações Exteriores pressionar o governo iraniano a cumprir sua parte no trato sob ameaça de redução de consumo brasileiro.

Uma das *joint ventures* que foi efetivamente posta em prática ocorreu na área agrícola, mais especificamente no plantio e beneficiamento da soja. Era necessário expandir as fronteiras agrícolas do país, tendo em vista o vasto território disponível para a agricultura fora do eixo Sul-Sudeste e que não vinha sendo aproveitado por falta de investimentos. A *joint venture* iria produzir cerca de um milhão de toneladas de soja ao ano, e a região preferencial para o início da empreitada seria o Cerrado. O Ministro da Agricultura Antônio Lício foi o grande idealizador do projeto, propondo driblar até as limitações constitucionais de vendas de terras a estrangeiros com a criação de uma “empresa colonizadora” brasileira que funcionaria, de fato, com capital iraniano.

Em junho de 1978, a Comissão Mista Brasil-Irã se reuniu para uma avaliação de seu primeiro ano. O *Brazil Iranian Consortium* formado pela Andrade Gutierrez (construção civil), pela Electro Consult (projetos de engenharia) e a Indústria Elétrica Brown-Bovori (equipamentos eletromecânicos), cujos principais projetos eram a Extensão da Hidrelétrica de “Reza Shah Kabir”, a Ferrovia Bandar Abbas, com 400 quilômetros de extensão, a Rodovia Arak-Andimischk e ainda fornecimento de minério de ferro, açúcar e construção de uma usina de beneficiamento de soja. Para Bittencourt, apenas o incremento do comércio com o Irã, especialmente em obras de infraestrutura poderia fazer com que o Brasil alcançasse um mínimo equilíbrio em sua balança comercial. Em 1977, o Brasil importou do Irã um total de US\$ 426,5 milhões de dólares e exportou US\$95,6 milhões. Desde a assinatura do acordo em junho de 1977 até o fim

daquele ano, as importações diretas da Petrobrás haviam sido da ordem de US\$194,6 milhões enquanto no mesmo período as exportações atingiram US\$76,1 milhões.

Ainda em junho de 1978, começa a ser organizada a viagem da princesa Ashraf (irmã do xá) ao Brasil por ocasião do XI Congresso Internacional de Nutrição. A princesa era conselheira do xá e chefiava a missão iraniana na ONU. Havia negociado com Stálin a retirada das tropas soviéticas do Irã e colaborou com o golpe que derrubou o nacionalista Muhammad Mossadeqh. Além de discursar sobre direitos humanos e questões sociais, a princesa solicitou ao governo brasileiro, além de um convite oficial, audiência com o presidente Geisel e ministros de Estado. Teve que se contentar em ser recebida pelo então governador do Rio de Janeiro, Faria Lima. Após a Revolução, todos os membros da família real teriam vistos para o Brasil negados em nome do interesse brasileiro de manter boas relações com seus fornecedores de petróleo.

Em agosto, há a primeira menção de Bittencourt à Revolução. O xá convoca entrevista coletiva e afirma que as manifestações são orquestradas por Moscou, com a intenção de desestabilizar o regime. Era uma evidente manobra para atrair a simpatia norte-americana<sup>3</sup>.

Um dos pontos mais importantes dessa documentação é o acesso ao ponto de vista do embaixador Aluysio Regis Bittencourt. Como diplomata em um período de Guerra Fria e funcionário de um regime militar, não é de se espantar que o mesmo faça declarações contra uma suposta ausência do uso da força contra as “arruaças sangrentas” realizadas pelos manifestantes, e restabelecer, dentro de um estado de emergência ou de sítio “a tranquilidade que carece o país”<sup>4</sup>. No entanto, estes manifestantes não eram mais apenas esquerdistas ou religiosos. Com a crescente inflação o xá perde sua grande aliada, a classe média, que passa a participar das manifestações contra o regime e parte da elite já começava a deixar o país. O principal argumento do xá, de que as manifestações eram orquestradas pelos comunistas soviéticos, já era insustentável. Era o começo do fim.

Em novembro, a indústria petrolífera entra em greve. O presidente da NIOC atende às reivindicações trabalhistas, mas não pode atender às políticas, como libertação

---

<sup>3</sup> Telegrama 20/08/1978.

<sup>4</sup> Telegrama 04/09/1978.

de prisioneiros e fim da lei marcial. No prognóstico do diplomata, só haveriam duas saídas: ou a formação de um governo de coalizão ou um golpe militar. O primeiro seria impossível, pois a oposição percebe que o xá encontra-se cada vez mais isolado e que tal governo só interessaria a ele próprio. A ideia é manter a pressão até a queda do regime. As Forças Armadas, tradicionalmente apolíticas, não organizariam um golpe, mas provavelmente adeririam à Revolução<sup>5</sup>. Apenas no início de dezembro Bittencourt se permite fazer as primeiras críticas ao regime do xá, acusando as falhas da Revolução Branca como principal causa da desigualdade social.

Quando a queda do xá já parece inevitável, Bittencourt começa a fazer projeções de como seria o novo governo e como ficariam as relações Irã- Ocidente, especialmente no que tange ao preço do barril de petróleo. Com o desenrolar da crise, o embaixador admite que um golpe militar não é mais possível, pois o povo quer uma mudança total. A greve do setor petrolífero, bancário e postal é o golpe final no coração do regime do xá. Episódios de soldados matando oficiais para desobedecer a ordens de atirar contra os manifestantes se tornam mais e mais comuns. A única solução é a saída do xá. Episódios de soldados matando oficiais para desobedecer a ordens de atirar contra os manifestantes se tornam mais e mais comuns. A única solução é a saída do xá, e os EUA passam a dialogar com a chamada oposição moderada, formada pela burguesia secular, tendo entre seus nomes mais proeminentes Shapur Bakhtiar. Esta elite é bem preparada tecnicamente, mas não possui respaldo popular, pois não é religiosa e nem é considerada suficientemente nacionalista<sup>6</sup>.

O primeiro passo para o processo de institucionalização do regime foi o plebiscito no qual o povo escolheu se queria ou não uma República Islâmica. Mais de noventa por cento da população votou a favor. A economia iraniana, por sua vez, se assenta sobre dois pilares: o Bazar e a Indústria do Petróleo. As duas outras classes, a aristocracia rural e a burguesia industrial jamais tiveram, segundo Bittencourt, expressão política e sempre seguiram a onda das mudanças. O desemprego é alto e o governo têm promovido estatizações devido à fuga de capitais e de investidores do país. O Irã está recomeçando do zero. Por ser uma peça essencial da economia iraniana, a

---

<sup>5</sup> Telegrama 01/11/1978.

<sup>6</sup> Idem.

indústria petrolífera foi a primeira a retomar o ritmo normal de produção, chegando a 4 milhões de barris diários sendo 3,3 milhões destinados a exportação, mesmo com o consórcio de multinacionais estrangeiras tendo sido extinto. Antes da Revolução, do total de cerca de seis milhões de barris produzidos, a NIOC comercializava cerca de 1,5 milhão. O restante das exportações era dividido entre a British Petroleum (40%), a Shell (14%), a *Compagnie Française de Pétroles* (6%), cinco *majors* norte-americanas (7% cada) e seis “independentes” norte-americanas (5% cada).

No segundo dia no ano de 1979, Bittencourt relata o júbilo com o qual Khomeini foi recebido em Teerã, só comparável com a saída do xá do país dias antes. Khomeini discursou ainda no aeroporto, pedindo a derrubada do governo provisório, e em seguida rumou para o principal cemitério da cidade, orou e agradeceu aos mártires da Revolução. No relato de Bittencourt, notamos que pairavam no ar dúvidas sobre como se daria a transição. Se houvesse resistência do governo provisório as chances de uma guerra civil eram enormes, tal a exaltação dos ânimos no Irã após a Revolução. Para o diplomata brasileiro, a única maneira de o Irã não cair numa guerra civil seria pela cooptação das Forças Armadas, que se encontravam divididas entre a maioria apoiadora de Khomeini e uma minoria ainda leal ao xá<sup>7</sup>.

Além de Bittencourt, outro diplomata brasileiro a redigir relatórios e análises conjunturais do período foi Sérgio Florêncio. Em um *paper* dividido em três capítulos, Florêncio, em sua introdução, critica o xá por ter sido intransigente em sua obsessão de governar de maneira absoluta e de ignorar os anseios do povo. Ao mesmo tempo condena os EUA por apoiarem tão obstinadamente um soberano tão impopular. Florêncio afirma sobre a Revolução que o clero não representava uma força retrógrada na sociedade, pois isso seria confundir valores morais conservadores e realpolitik ignorando o papel desempenhado pelo mesmo na Revolução Constitucionalista de 1906, no movimento que nacionalizou o petróleo em 1953 e na resistência às reformas da Revolução Branca em 1962.

O Irã, além de nunca ter sido uma colônia, possuía já desde a década de 1950 um conjunto de instituições políticas e culturais que representavam as diversas camadas sociais como os *Majlis*, as associações de profissionais liberais, de comerciantes, de

---

<sup>7</sup> Telegrama de 13/01/1979.

professores, o Clero, o Exército e a Monarquia. Todavia, no governo do xá apenas as três últimas se mantiveram ativas, e a última se distanciava cada vez mais do povo, não possuindo a legitimidade dinástica dos safávidas, por exemplo. Partindo do dado de que o xá controlava de perto o Exército, a única instituição que poderia demonstrar algum tipo de oposição ao estado de coisas era o Clero.

No segundo capítulo, o diplomata cria uma breve linha do tempo para analisar a história recente iraniana. Segundo ele, a imprensa internacional divide politicamente o Irã em três classes: o clero, a esquerda e a elite liberal. Os religiosos seriam uma força retrógrada, assustada com os avanços da elite. Para esta visão, a Revolução Branca, sua reforma agrária e na educação atingiram duramente o clero e aqueles que viviam de forma tradicional e conservadora, que não queriam aceitar a chegada do progresso. Para Florêncio, no entanto, o Clero tomou a linha de frente da Revolução não por se opor à industrialização, mas por ser a única instituição não domada pelo xá, tornando assim o islamismo um canal de insatisfação popular.

O diplomata elenca uma série de dados para desmistificar o processo revolucionário: na época o Irã possuía trinta e cinco milhões de habitantes, taxa de crescimento demográfico de 3% ao ano, extremamente jovem (45% com menos de 16 anos, números que não se alteraram muito nos últimos trinta anos) e urbanizado (a maioria da população, 64%, já havia se mudado para as cidades). O país possuía alto padrão de consumo de bens duráveis e alimentícios, cuja demanda não era suprida pelo mercado interno. Parte da sociedade vivia sob valores tradicionais e religiosos e outra parte, minoritária, tinha a religião apenas como uma herança cultural.

O Irã possui reduzida área cultivável (por isso a importância dos projetos de irrigação), e a maioria absoluta vive no noroeste ou sudoeste do país. A taxa de analfabetismo era alta (53%) e, paradoxalmente, o número de pessoas que chegava ao ensino superior aumentava. O Irã era o país do Oriente Médio que possuía a maior capacidade de absorção da renda proveniente do petróleo, porém tal capacidade foi subaproveitada e a renda foi reinvestida na área estratégica. Logo após a Crise do Petróleo esta *commodity* se tornou responsável por 89% da entrada de divisas no país, quando em 1973 (ano de eclosão da Crise) era responsável por 76%, o que evidencia a total dependência do país deste produto.

Seguindo com sua apresentação de dados, Florêncio demonstra como a agricultura local não consegue suprir a demanda da população. Em 1971, a importação de produtos agrícolas respondia por 6% do total, em 1975, 16% e em 1978 o Irã já importava 30% de sua demanda, sendo o setor agrícola responsável por apenas 8% do PIB iraniano. Não há política fiscal eficiente, devido à imprevisibilidade do mercado petrolífero e a enorme desigualdade social que leva o Irã a ter um número bastante reduzido de contribuintes.

No terceiro e último capítulo, Florêncio discorre sobre a falta de legitimidade da dinastia Pahlevi, especialmente após o Golpe de 53. O xá queria criar uma sociedade industrializada, de classe média, porém o modelo iraniano centralizado no Estado impedia o surgimento de uma classe industrial liberal e o protecionismo que permitia o crescimento industrial encarecia os produtos, limitando o consumo de importados. O processo tardio de industrialização do país limitou os empregos e o Irã carecia de mão de obra qualificada. A solução encontrada pelo xá ao invés de treinar seu pessoal foi a mais rápida: importar mão de obra, o que alienou ainda mais os nativos. Por fim, o estímulo do xá à instalação de grandes lojas de departamentos e supermercados provocou a fúria dos *bazaaris*. O xá excluiu não só os mais pobres, mas também a classe alta iraniana, privilegiando apenas os muito ricos e os estrangeiros. Em seguida, o autor faz uma interessante comparação entre a Revolução Constitucional de 1906 e a que ocorreu diante de seus olhos em 1979. Em ambas, temos uma elite imbuída dos ideais liberais e o Irã envolto em dependência econômica, concessões de monopólios, extravagâncias das cortes e principalmente, ampla ingerência estrangeira, desigualdade social e ausência de liberdades<sup>8</sup>.

No final de fevereiro de 1979, Bittencourt é recebido por Hassam Nazib, da NIOC, que assegura que o Brasil não será afetado pelas novas diretrizes do governo iraniano em relação à venda de petróleo. Até então o certo era a suspensão das vendas e das relações diplomáticas com Israel e África do Sul. Em março, seria assinado um acordo no qual a petrolífera iraniana se compromete a fornecer ao Brasil, entre abril de 1979 e junho de 1982, duzentos mil barris diários de petróleo leve e pesado, de acordo com os preços estipulados pela OPEP.

---

<sup>8</sup> Relatório de 11/01/1979.

Em março, surge o boato de que o xá e sua família pediriam asilo ao Brasil, informação negada veementemente com expressa orientação a Bittencourt para fazer uso da declaração do Itamaraty junto a interlocutores oficiais e à imprensa em telegrama classificado como “Urgentíssimo”, o que demonstra a pressa do governo brasileiro em evitar qualquer arranhão nas relações com o novo regime. Dentro da ótica do pragmatismo, que continuava a guiar a política externa brasileira, o interesse comercial brasileiro estava acima de qualquer outro tipo de compromisso, portanto manter o fluxo constante de petróleo para o Brasil era a prioridade máxima. Outro episódio semelhante no qual o governo brasileiro agiu rápido foi no pedido de visto com nome falso da princesa Ashraf, que menos de um ano antes havia sido recebida com honras no Rio de Janeiro (embora não com todas as honras que esta desejava). A embaixada brasileira foi extremamente ágil em emitir seu parecer negativo<sup>9</sup>.

Em telegrama intitulado “Dificuldades para a Consolidação da Revolução”, Sérgio Florêncio analisa os primeiros meses da Revolução pautados, segundo ele, num reformismo moderado e num acentuado nacionalismo econômico, aliado à retórica religiosa de Khomeini, que mantém vivos os valores morais da Revolução. Segundo Florêncio, a moderação econômica se deve ao apoio dos *Bazaaris* à Revolução e os grandes comerciantes estão tendo seus interesses defendidos.

Em termos de política externa iraniana, logo ocorreria um lance de maior vulto, com o rompimento das relações entre o Irã e o principal país árabe, o Egito, devido aos Acordos de Camp David, às recorrentes críticas de Sadat a Khomeini e principalmente pelo asilo concedido pelo governo egípcio ao xá deposto, Reza Pahlevi. Khomeini chama os Acordos de Camp David de colonialistas e a atitude de Sadat de traição ao Islã e o Mundo Árabe, e que tal acordo só reforçaria a supremacia norte-americana na região. O Ministério das Relações Exteriores do Irã enviou mensagem de solidariedade a Yasser Arafat, enquanto manifestantes invadiram a embaixada egípcia, arriando sua bandeira, substituindo-a pela bandeira palestina, causa a qual o governo iraniano tinha alinhado completamente<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Telegrama 17/06/1979.

<sup>10</sup> Telegrama 03/05/1979.

Voltando a questões comerciais, o Irã tenta voltar aos níveis de produção petrolífera pré-revolução, anunciando que passaria a produzir 3,7 milhões de barris por dia, sendo seiscentos mil destinados ao Japão, duzentos mil ao Brasil e o restante dividido entre países como Romênia (60 mil barris) e empresas como a Shell (200 mil barris). Em seguida seriam anunciados também acordos de longo prazo com Paquistão e Bangladesh.

O novo governo também iniciaria uma onda de estatizações no intuito de retomar o crescimento após a saída em massa das multinacionais do país e a intervenção nas empresas ligadas ao Antigo Regime. Foram nacionalizadas as indústrias automobilísticas, naval, de aviação, bancário, ferroviário, pesqueiro e minerador. A diplomacia brasileira, sempre atenta a oportunidades comerciais lembra ao Itamaraty que as nacionalizações não possuem viés socialista (o que poderia causar mal-estar no governo brasileiro), e que o Brasil poderia se aproveitar da ruptura entre o Irã e as potências ocidentais<sup>11</sup>.

Em novembro de 1979, a estatal petrolífera anuncia estar pronta para cortar o fornecimento de petróleo aos EUA, pelo fato de o país ter acolhido o xá para tratamento de um câncer, alegação a qual o governo (e boa parte da sociedade iraniana) não davam crédito. A produção então destinada aos EUA seria repartida entre França e Japão.

Em relação ao Brasil, a NIOC adotou uma postura muito mais dura do que o antigo regime, não considerando o Brasil um grande cliente por não comprar no mercado *spot*, (mercado de *commodities* em que os negócios são realizados à vista e a entrega é imediata, como no mercado de Roterdã, Holanda), por não comprar derivados da empresa iraniana e nem estar cumprindo com as aquisições de *bunker* (óleo combustível para navios com baixo teor de alumínio, silício e enxofre). Sérgio Florêncio argumentou que o Brasil era um cliente tradicional, um país em desenvolvimento que comprava da NIOC até quando seu petróleo era mais caro, sendo sozinho responsável por 10% das vendas da empresa e que a Petrobrás, uma estatal, não podia ser comparada às multinacionais que compravam o petróleo iraniano para revenda. O representante da NIOC (identificado no relatório simplesmente como Firouzar) reconhece os argumentos brasileiros, mas afirma que como técnico, seu papel

---

<sup>11</sup> Telegrama 06/07/1979.



era o de maximizar as vantagens de seu país, inclusive porque o Irã planejava a redução da produção em decorrência da realocação de investimentos governamentais para outros setores.

Seguindo com o endurecimento das condições de compra, a partir de 1980 a NIOC avaliaria cada cliente de acordo com sua capacidade de operar no *spot* e os contratos deveriam obrigar o cliente a adquirir pelo menos vinte por cento de suas aquisições neste mercado, além de impor o pagamento das compras do primeiro trimestre no ato da assinatura. Florêncio solicita que a Interbrás busque intervir na questão para tentar sensibilizar a NIOC, mas percebe-se neste momento como a diplomacia brasileira interpretava equivocadamente os sinais enviados pelo estatal iraniana. Não houve por parte do Irã nenhum tipo de solidariedade terceiro-mundista, nenhum tratamento especial por o Brasil ser um país em desenvolvimento. Como, aliás, já havia sido comunicado à diplomacia brasileira, o Irã buscaria doravante maximizar seus ganhos e argumentos emocionais não teriam eco.

No final de 1979, um grupo de estudantes iranianos toma a embaixada norte-americana em Teerã. Seu objetivo era protestar contra o asilo concedido por aquele governo ao xá para o tratamento de um câncer. Muitos não acreditavam nessa alegação, supondo que na verdade os EUA estivessem preparando um novo golpe para reconduzi-lo ao poder como em 1953.

A posição do Brasil a respeito do sequestro foi tornada pública por meio de nota na qual o país<sup>12</sup>

...Se coloca a favor da autodeterminação dos povos e não julga causas históricas, mas reafirma que o princípio da imunidade de agentes e instalações diplomáticas é norma jurídica incontroversa e essencial à convivência entre os Estados.

A OEA em peso, assim como o grupo latino-americano na ONU, condenou o sequestro e exortou as partes a uma solução pacífica. Porém, no documento pesquisado há uma parte rasurada onde mesmo assim se consegue ler que o Brasil<sup>13</sup>

...Limitou-se a acompanhar o consenso, sem se pronunciar e que só aderiu quando Argentina e México já o haviam feito, faltando apenas o posicionamento de Brasil e Venezuela.

<sup>12</sup> Nota Oficial divulgada em 28/11/1979.

<sup>13</sup> Telegrama 10/12/1979.

Percebe-se como o Brasil foi cauteloso na sua condenação ao Irã, afinal a ideia de que instalações diplomáticas são invioláveis é um consenso e, portanto, o Brasil optou por se manifestar da forma mais genérica possível, sem fazer qualquer condenação direta ao regime iraniano.

Logo no segundo dia do ano de 1980, Florêncio prepara nova ofensiva comercial ao Irã. Sob a justificativa de se tratar de uma nova estratégia governamental, pede mais flexibilidade do Lloyd Brasileiro que até então só aceitava fazer viagens fretadas ao Irã. Também se solicitava ao Banco do Brasil e ao Banco Melli (Irã) que as operações entre as duas instituições fossem simplificadas e que o escritório do Banco do Brasil em Teerã procurasse fomentar o comércio entre os dois países que já era da ordem de US\$500 milhões de dólares e que precisava ser ainda mais incrementado devido à agressividade comercial assumida pela NIOC.

Seguindo a estratégia da embaixada em Teerã, após intervenção do governo brasileiro, a Interbrás consegue a isenção de *Performance Bond* (depósito de 10% do valor do embarque retido no Banco Melli devolvido após o último embarque), ou seja, uma espécie de caução. Segundo o embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, os produtos que o Irã mais necessitava importar e cuja lista deveria ser divulgada para as respectivas empresas brasileiras eram carne bovina congelada ou charque, carne ovina, queijo, cereais, trigo, arroz, óleo vegetal, peixe, fertilizantes, medicamentos, couro, papel, borracha natural e sintética, vidro, sabão, produtos de limpeza em geral e maquinário agrícola<sup>14</sup>.

A reação do governo e do empresariado iraniano não foi considerada animadora, e o Brasil, tratado sem a deferência que julgava merecer, anuncia por meio de missão da Petrobrás liderada por Armando Coelho que em consequência do aumento do aumento da produção interna, da redução do consumo interno e dos vantajosos preços oferecidos pelo Iraque (fornecedor de quase 50% das importações brasileiras de petróleo), aliado aos altos preços estabelecidos pelo Irã, desejava reduzir suas importações de países com preços muito elevados. O Brasil reduziu suas compras de 200 mil barris diários em 1978, para 120 mil em 1979 e finalmente apenas 60 mil em 1980. A política irrealista

---

<sup>14</sup> Telegrama 06/02/1980.

de preços faz com que as importações iranianas caíssem pela metade em relação ao Antigo Regime. Além do rompimento de relações com os EUA, o Irã passou de quinto para vigésimo sétimo maior parceiro da Europa.

Em setembro de 1980, Saddam Hussein, aproveitando-se de um momento de instabilidade do Regime (reestruturação econômica, a execução de contra-revolucionários e os expurgos de membros do Exército ligados ao Antigo Regime), invade o Irã dando início a maior guerra da história do Oriente Médio, que durará oito anos, matando centenas de milhares de pessoas.

No final de novembro de 1980, mais uma notícia na imprensa iraniana lembrava o envolvimento comercial do Brasil na guerra. O jornal oficial do regime publica um artigo intitulado *“Iraq uses brazilian manufactured tanks in the war against Iran”*, em que faz um breve apanhado da nascente indústria bélica brasileira que havia se especializado em vender armas de boa qualidade a preços baixos para países do Terceiro Mundo<sup>15</sup>. Não foi encontrada na documentação analisada nenhuma resposta da embaixada brasileira a respeito da matéria. Apesar de que a venda de armas e veículos blindados ao Iraque e Arábia Saudita não fosse exatamente um segredo de Estado, podemos notar que Florêncio, antes tão preocupado em não desagradar o regime iraniano, passa a não se esforçar tanto para justificar certos atos do governo ou de empresas privadas brasileiras, uma vez que não viu seus esforços anteriores serem recompensados. Ao contrário do que o diplomata brasileiro supunha, o isolamento internacional do Irã não levou a uma solidariedade terceiro-mundista, mas a busca por parte de Teerã de diversificar parcerias entre os países ricos, especialmente o Japão.

Em nossa pesquisa, notamos que a partir de 1981 a correspondência começa ficar mais escassa e pontual. Praticamente cessam os artigos e análises de conjuntura e a embaixada brasileira foca cada vez mais em questões comerciais. Mas tivemos acesso a uma rara correspondência ente ministros de Estado, no caso Ramiro Saraiva Guerreiro do Ministério das Relações Exteriores e Ernane Galvêas da Fazenda, na qual o primeiro responde a uma consulta do último sobre a conveniência ou não de se atender um convite da embaixada iraniana em Brasília para que este enviasse um alto funcionário de seu ministério para uma visita a Teerã. Saraiva Guerreiro responde que

---

<sup>15</sup> Telegrama 30/11/1980.

...Quanto à ampliação das relações comerciais com o Irã, sou, como Vossa Excelência da opinião de que se devem explorar, como fazem crescentemente outros países, as oportunidades que se abrem nesse novo mercado, o qual deverá assimilar em 1983, cerca de US\$15 bilhões em bens e serviços importados. Nesse sentido o Itamaraty, em coordenação com o grupo Petrobrás, tem favorecido e apoiado iniciativas empresariais, as quais se originaram sobretudo da visita ao Brasil, no primeiro semestre de 1982 da Missão Djarrahi. No mês de setembro do ano passado a INTERBRÁS/PETROBRÁS organizou missão empresarial ao Irã, a qual gerou bons negócios. Desde então, normalizaram-se gradativamente os vínculos comerciais bilaterais com a ida a Teerã de número cada vez maior de empresários brasileiros, sem contar com as missões setoriais, no campo de equipamentos petrolíferos, produtos siderúrgicos, produtos agrícolas e outros, promovida pela própria INTERBRÁS, com a cooperação da iniciativa privada. Tal esforço conjugado dos setores público e privado permitiu que, em janeiro último aquela “trading company” governamental agenciasse negócios da ordem de US\$50 milhões, dos quais US\$47 milhões em produtos siderúrgicos. Por outro lado, e na área de atuação desse Ministério, determinei a reativação das atividades de promoção comercial da Embaixada do Brasil em Teerã, a qual passou a contar, a partir deste ano, com mais um diplomata, de forma a permitir que os exportadores brasileiros interessados no mercado iraniano pudessem dispor de assistência mais ampla. (...) Nesse sentido, a decisão de retomarem-se as importações de petróleo do Irã, suspensas por cerca de dois anos, visou sobretudo a criar condições ainda mais favoráveis à ampliação do intercâmbio comercial, o qual de resto tem-se situado em níveis bastante expressivos, sob a perspectiva brasileira, após a implantação do atual regime político iraniano. Este tomou a decisão política de reduzir, no que for possível, a dependência de fornecimento pelas grandes potências que dominavam totalmente o mercado sob o regime do xá.

Isso não obstante, considero que se deve adotar, com relação ao Irã, postura de cautela, a nível governamental, pois o Brasil, face inclusive à densidade do relacionamento com os países árabes, sobretudo com o Iraque, não está em condições de aparentar redirecionamento político, sem sofrer as consequências desfavoráveis de tal opção, de parte de parceiros tradicionais no mundo árabe.

A rápida elevação a níveis substanciais do intercâmbio bilateral não poderá verificar-se sem o risco de que o Irã deseje obter, em

contrapartida, concessões de ordem política, as quais conflitariam com as expectativas dos países árabes. Caberia pois dar ênfase nas tratativas com o Irã ao aspecto puramente comercial, o que aconselharia caracterizar as iniciativas nossas como essencialmente de intercâmbio entre operadores econômicos.

Nessas condições, seria preferível, pelo momento, sobretudo quando há uma intensificação do conflito com o Iraque, que a chefia da missão comercial ao Irã seja atribuída a funcionário governamental de nível intermediário ou a dirigente de empresa privada ou estatal<sup>16</sup>.

Podemos observar claramente nesta correspondência que Saraiva Guerreiro mantinha as prerrogativas pragmáticas de seu antecessor Azeredo da Silveira, ou seja, o interesse comercial brasileiro acima de tudo, mas com cautela procurando evidenciar justamente as características comerciais destas relações para não melindrar países com quem tínhamos um intercâmbio maior. O Brasil envia então o Secretário-Geral do Ministério da Fazenda Carlos Viacava, no que seria a primeira visita oficial de uma alta autoridade do governo brasileiro após a Revolução.

O ano de 1983 marca uma suavização nas relações diplomáticas Brasil-Irã. Aparentemente a febre revolucionária lentamente cedia e o regime islâmico não mais dividia o mundo em amigos e inimigos da revolução de forma tão sentimental e leviana como antes. O vice-ministro Ahmed Aziz comentou a acolhida que recebera em Brasília e se mostrou feliz por reportar ao seu governo que o Brasil, ao contrário do que se divulgava no Oriente Médio, não era submisso aos EUA e possuía soberania e independência. Aziz aproveitou para solicitar ao Brasil que se abstinisse na resolução de cessar-fogo solicitada por Iraque e ONU que seria, segundo o governo iraniano, mera manobra estratégica<sup>17</sup>.

Mesmo assim, durante anos o Brasil seria acusado de parcialidade no conflito a favor de um ou outro contendor como o fez mais uma vez a imprensa canadense no início de 1985. A repercussão da matéria sobre o papel do Brasil no conflito Irã-Iraque, como um país que lucrava com o conflito foi tamanho que forçou a chancelaria brasileira a emitir uma nota na qual reafirmava a neutralidade brasileira no conflito e

<sup>16</sup> Correspondência Oficial 22/02/1983.

<sup>17</sup> Telegrama 14/04/1983.

que as cifras publicadas eram exageradas, incorporando itens como uniformes, armas leves e valores totais de contratos que abrangiam vários anos, fazendo parecer ao leitor leigo que o Brasil exercia papel central no conflito, o que certamente não era o caso. Segundo o comunicado, quando vende armas o Brasil sempre procura se certificar se não está desequilibrando a guerra para um dos lados. A nota se encerra com a informação de que apesar de o comércio com o Iraque ser mais volumoso, o Brasil vem intensificando suas relações comerciais com o Irã e que ambos os países se beneficiarão do protocolo de *countertrade* celebrado entre Interbrás, Petrobrás e NIOC naquele ano<sup>18</sup>.

Contudo no início de 1985, às vésperas do fim do regime militar, a Comissão Mista Brasil-Irã é reativada e o Brasil é elogiado pelo Diretor Geral de Relações Econômicas da Chancelaria Iraniana Mohamed Hossein Adeli, que afirmou estar impressionado com o grau de desenvolvimento alcançado pelo Brasil e que o país pode exercer importante papel de complementaridade à economia iraniana<sup>19</sup>. Na reunião inicial com membros do DEOP (Departamento de Oriente Próximo do Itamaraty), e outros órgãos do MRE, o chefe da delegação iraniana resumiu a política nacional de seu país no lema “nem leste, nem oeste”, defendeu o desenvolvimento deste sem submeter-se às superpotências e baseado no respeito mútuo, na autodeterminação e no princípio da não intervenção em assuntos internos, o clássico discurso terceiro-mundista dominante desde a descolonização e da Conferência de Bandung, portanto. Destacou que o Irã daria prioridade aos países em desenvolvimento e que o Brasil teria um papel chave nesse plano devido a seu papel de liderança regional e que por isso o Irã teria interesse em implementar a Comissão o quanto antes.

A delegação brasileira, por sua vez, apreciou o otimismo dos iranianos e concordou com a ideia de complementaridade entre os dois países. A intenção dos iranianos era que o acorde de *countertrade* entrasse em vigor já no início de maio de 1985<sup>20</sup>. Porém, o governo brasileiro de fato jamais enviaria uma missão oficial à Feira de Teerã.

---

<sup>18</sup> Telegrama 16/04/1985.

<sup>19</sup> Telegrama 07/03/1985.

<sup>20</sup> Relatório 16/04/1985.

O gesto brasileiro fortaleceria a oposição interna no Irã ao estreitamento de relações com o Brasil, visto como um país pouco confiável, e em última instância, como um aliado do Iraque. Ironicamente o Brasil também seria acusado de parcialidade no conflito, porém agora a crítica vinha do embaixador do Iraque em Brasília Faik Maki, que afirmou ter a ENGESA vendido trezentos veículos Cascavel ao governo líbio que seriam repassados ao Irã e que a IBET Internacional, empresa criada por professores e por um ex-reitor da UnB estaria vendendo material de emprego militar ao Irã. Luiz Villarinho Pedroso, chefe do DPR (Departamento de Promoção Comercial e Investimentos) do Itamaraty responde que o IBET era uma organização privada voltada ao lucro e que estes documentos (alguns datados de mais de dois anos antes) haviam sido entregues ao embaixador por funcionários demitidos da empresa. Quanto aos veículos Cascavel, o Brasil não tem controle sobre as revendas, pois não pede *end-user certificates* (certificado de utilizador final) em vendas efetuadas a governos<sup>21</sup>.

O cancelamento da visita de Aureliano Chaves ao Irã, visto como “normal” pela chancelaria brasileira, fez seus estragos em Teerã e somada à mudança de rumo da política externa no governo José Sarney selaria o declínio das relações Brasil-Irã, que somente seriam retomadas com destaque no governo Luís Inácio Lula da Silva.

## BIBLIOGRAFIA

ABRAHAMIAN, Ervand. **Khomeinism**: Essays on the Islamic Republic. Los Angeles: University of California Press, 1993.

AKHAVI, Shahrough. **Religion and Politics in Contemporary Iran**: Clergy- State Relations in the Pahlavi Period. New York: State university of New York, 1980.

AMUZEGAR, Jahangir. **Iran and the Gulf: A Search for Stability**. Abu Dhabi: The Emirates Center for Strategic Studies and Research, 1996.

BUENO, Clodoaldo e CERVO, Amado. **História da Política Exterior do Brasil**. 2ª ed. Brasília: UnB, 2002.

---

<sup>21</sup> Telegrama 07/06/1985.

DORMAN, William e FARHANG, Mansour. **The U.S. Press and Iran: Foreign Policy and the Journalism of Deference.** University of California Press, Berkeley, 1988.

ESPOSITO, John. **The Iranian Revolution: It's Global Impact.** Miami: Florida University Press, 1990.

KHATAMI, Muhammad. **Diálogo Entre Civilizações: o Irã Contemporâneo e o Ocidente.** São Paulo: Attar Editorial, 2006.

KEDDIE, Nikki. **Modern Iran: Roots and Results of Revolution.** New Haven: Yale University Press, 2006.

MEIHY, Murilo. **As Mil e Uma Noites Mal Dormidas: a Formação da República Islâmica do Irã.** Rio de Janeiro: Usina de Letras, 2010.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Do Discurso Triunfalista ao Pragmatismo Ecumênico [Geopolítica e Política Externa no Brasil Pós-64].** (Tese-Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985

MOMEN, Moojan. **An Introduction to Shi'i Islam.** New York: Yale University Press, 1985.

SPEKTOR, Matias (Org.). **Azeredo da Silveira: Um Depoimento.** Rio de Janeiro: FGV, 2010.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A Política Externa do Regime Militar Brasileiro.** Porto Alegre: ED. UFRGS, 2002.